CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 19ª Sessão Ordinária de 2018

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 20/11/2018, págs. 1/17)

Dia: 27/11/2018 Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SAF Sul, Quadra 2, Lote 3

Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata 18ª Sessão Ordinária (13/11/2018).

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (25/09/2018)

2) Correição nº 0.00.000.000150/2017-70

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas

unidades do Ministério Público Federal no Estado da Paraíba.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

3) Correição n° 0.00.000.00018/2018-49

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Pará

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas

unidades do Ministério Público Federal no Estado do Pará.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

4) Correição n° 0.00.000.00019/2018-93

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Pará

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas

unidades do Ministério Público Militar no Estado do Pará.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

5) Correição nº 0.00.000.00020/2018-18

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas

unidades do Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

6) Correição n° 0.00.000.00021/2018-62

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas

unidades do Ministério Público do Estado do Pará.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

1) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia

funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da

atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

2) Proposição n° 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução.

Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de

eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros

órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b,

31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 24/10/2017

4) Pedido de Providências n° 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)

Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior - OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa

Pereira – OAB/DF n.º 39915

Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo

Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º

05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da

classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Bahia

Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 14/11/2017

5) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)

Embargante: Lucas Fernandes Bernardes

Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n° 20.522

Embargado: Monique Cheker de Souza

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Rio de Janeiro

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 28/11/2017

6) Proposição nº 1.00973/2017-77

Requerente: Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a

incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto

aos Tribunais de Contas.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal Vista: Presidente

Pedido de Vista em 12/12/2017

7) Proposição n° 1.00582/2017-16

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos

dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior

Tribunal de Justiça.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira

Pedido de Vista em 27/02/2018

8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4°, parágrafo

único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011

a 2016.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 24/04/2018

9) Pedido de Providências nº 1.00179/2018-03 (Recurso Interno)

Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Minas

Gerais – SINDSEMP/MG

Advogado: Leonardo Militão Abrantes – OAB/MG n.º 77.154 Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Vedação ao Procurador-Geral

de Justiça de editar Resolução. Codificação, identificação, critérios e lotação. Cargos de que trata o art. 2°, da Lei Estadual n° 22.618/2017. Pedido de

liminar.

Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira

Origem: Minas Gerais

Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Pedido de Vista em 12/06/2018

10) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00469/2017-77

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Lei Complementar

n.º 0416/2010. Infração disciplinar. Agressão física e moral. Conduta privada reprovável e incompatível com exercício do cargo. Reclamação Disciplinar n.º

1.00159/2017-16.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 26/06/2018

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista

Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados

do Brasil-Seccional da Paraíba

Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para

rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Civis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido

liminar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Paraíba

Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 28/08/2018

12) Proposição nº 1.00513/2018-48

Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação.

Priorização da persecução penal relativa aos crimes contra vida, integridade física e de ameaça, tentados e consumados, praticados contra jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores no Brasil, no exercício da profissão

ou em razão dela.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedidos de Vista em 11/09/2018

13) Procedimento Avocado nº 1.01143/2017-76

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Interessados: Membros do Ministério Público do Estado do Pará Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Procedimento Avocado. Processo

Administrativo Disciplinar nº 007/2017-CGMP/PA. Cumprimento do acórdão

proferido na Avocação CNMP nº 1.00853/2017-42.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pará

Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º

183/2018. Inquérito Civil n.º MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação

Disciplinar n.º 1.00353/2018-55.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedidos de Vista em 25/09/2018

15) Proposição n° 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe

sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer

a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

16) Proposição nº 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do

inciso XX ao art. 5°, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de

controle.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia

Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal

de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP n° 36/2016. Pedido

liminar.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Maranhão

Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 09/10/2018

18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00207/2018-01

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Prática de ato incompatível

com o cargo. Prática de ato reprovável. Portaria CNMP-CN nº 75/2018.

Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00200/2018-26.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 23/10/2018

19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00058/2017-27

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná

Advogado: João Batista de Almeida – OAB/DF n.º 2067

Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Improbidade

Administrativa. Apropriação ilegal de ajuda de custo. Remoção de Umuarama para Foz do Iguaçu. Vantagem patrimonial indevida. Baseada na Sindicância

CNMP n° 0.00.000.000316/2016-77.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedidos de Vista em 13/11/2018

20) Avocação nº 1.00863/2018-87

Requerente: Marcelo Barbosa de Castro Zenkner

Advogado: Fabio Eduardo Galvão Ferreira Costa – OAB/RJ n.º 167.179

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Avocação. Processo

Administrativo Disciplinar n° 2017.0024.9461-36. Portaria n° 22/2018. Tramitação na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito

Santo. Pedido liminar.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Espírito Santo

Vista: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

21) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00889/2018-06

Requerente: Priscila Matzenbacher Tibes Machado

Advogado: Marcio Melo Nogueira – OAB/ RO n.º 2.827 Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia

Interessados: Evandro Araujo Oliveira; Luciana Ondei Rodrigues Silva; Tâmera Padoin

Marques

Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Concurso de Promoção. 19ª

Promotoria de Justiça de Porto Velho. Pedido de exclusão de candidata.

Aplicação do critério de antiguidade. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Rondônia

Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Processo com julgamento iniciado

22) Proposição nº 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério

Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

23) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01

Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Direitos

Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Advogados: Camila Marques Barroso - OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio

Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º

122,486

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação

institucional. Cumprimento da Resolução CNMP n° 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do

Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017

 PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licençasprêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº

20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP n° 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP n°

1.00940/2016-82.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

26) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00637/2017-05

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de

gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do

PCA CNMP n° 1.00221/2015-07.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

27) Proposição n° 1.00294/2016-71

Requerente: Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação.

Observância dos art. 126 a 129, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização

de livros às pessoas privadas de liberdade.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

28) Proposição nº 1.00299/2017-30

Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2°,

caput, e §§ 3° e 7°, dos artigos 4° e 5°, caput, e acrescenta o § 8° ao art. 2° e o parágrafo único ao art. 7°, todos da Resolução CNMP n° 26/2007. Oitiva da

Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

29) Proposição nº 1.00720/2017-02

Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do

Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais.

Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

30) Proposição nº 1.00940/2017-72

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou

fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las

quando não se constatar violação ao interesse público.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

31) Proposição n° 1.00185/2017-35

Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição

da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

32) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40

Requerente: Abdel Hakim Farache

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento.

Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: São Paulo

33) Proposição nº 1.00953/2017-88

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad

causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do

Trabalho e Emprego – MTE.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

34) Proposição n° 1.00962/2017-79

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de

apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das

bases legais de cada rubrica.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

35) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20

Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva

Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730 Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná.

Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8°, da

Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 6ª Sessão (10/04/2018)

36) Proposição nº 1.00109/2018-83

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da

Resolução CNMP n° 160/2017.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

37) Proposição n° 1.00077/2016-72

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso

XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

38) Pedido de Providências nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º

11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos

Ministérios Públicos estaduais.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Distrito Federal

39) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato

Barão Varalda

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria

Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica

n° 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Distrito Federal

40) Proposição nº 1.00107/2018-76

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental.

Alteração do art. 7°, § 3° e do art. 54, § 1°, do Regimento Interno do CNMP.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (15/05/2018)

41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00985/2016-39

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público brasileiro. Visa proibir que seja assegurado aos seus

membros o recebimento de auxílio alimentação com efeitos financeiros

retroativos até o ano de 2004.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

42) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956 Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato

normativo. Lei Complementar n° 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP n° 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser

publicado. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Minas Gerais

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (29/05/2018)

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01157/2017-35

Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo

Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094 Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Decisão no Procedimento

Administrativo GAMPES n° 201700137748-97, que determinou o afastamento da incidência da Resolução CNMP n° 09/2006. Determinação de cumprimento do teto remuneratório e restituição de valores recebidos irregularmente aos

cofres públicos.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Espírito Santo

Incluído na Pauta da 10^a Sessão (12/06/2018)

44) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo

Embargado: José Carlos Cruz

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício

de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de

liminar.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (26/06/2018)

45) Reclamação Disciplinar n.º 1.01138/2017-08 (Recurso Interno)

Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal; Corregedoria Nacional do Ministério

Público

Objeto: Pedido de Revisão de Decisão Monocrática de arquivamento proferida na

Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público Federal

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Incluído na Pauta da 12ª Sessão (14/08/2018)

46) Consulta n° 1.00178/2018-41

Requerente: Ivonei Sfoggia

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Gratificação em virtude

de participação em banca de concurso público para ingresso na carreira.

Incidência no teto constitucional.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (28/08/2018)

47) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.01097/2017-88

Requerentes: Ariel José Guimarães Nascimento; Bruno Pinto e Silva; Luis Eduardo Souza e

Silva; Vera Leilane Mota Alves de Souza

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Lista de antiguidade. Critério de

desempate. Tempo de serviço público. Não consideração do tempo de carreira

no Ministério Público. Exercício de cargo de Promotor em outros Estados.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Bahia

48) Proposição n° 1.00537/2018-51

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acréscimo

do inciso IV ao art. 1º da Resolução n.º 40, de 26 de maio de 2009. Cômputo de serviço voluntário que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos. Comprovação de atividade jurídica em concursos públicos de ingresso nas carreiras do

Ministério Público.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (25/09/2018)

49) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00514/2018-00

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Manifestação

pública indevida. Utilização de redes sociais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP n° 1.00281/2018-46. Portaria CNMP-CN n°

149/2018.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

50) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00758/2018-75

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogado: Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme – OAB/DF n.º 34.934

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Revisão. Processo Administrativo

Disciplinar Sumário nº 05/2017. Informações colhidas na Reclamação

Disciplinar CNMP n° 1.00007/2017-40.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 16^a Sessão (09/10/2018)

51) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00865/2018-94 (Recurso Interno)

Recorrente: Sigiloso

Recorrido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. XV Concurso público para ingresso

na carreira. Cargo de Promotor de Justiça. Prova Preambular. Violação à Lei Complementar n° 97/2010 (LOMP-PB) e ao Edital n° 01/2018. Ausência de questões relacionadas à Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba

(LOJE-PB). Pedido Liminar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão (13/11/2018)

52) Proposição n° 1.01005/2017-60

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Impossibilidade de

oposição de embargos de declaração em face de decisões monocráticas proferidas pelo Corregedor Nacional em sede de Reclamação Disciplinar, considerando a ausência de expressa previsão regimental quanto à matéria.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

53) Reclamação Disciplinar nº 1.00231/2018-13 (Recurso Interno)

Recorrente: Sigiloso

Advogado: Manoel Augusto Caillaux de Campos – OAB/MG nº 72.888 Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério

Público do Estado de Minas Gerais.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Minas Gerais

54) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00250/2018-59

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Assédio moral contra

servidores. Tratamento desrespeitoso e humilhante.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

55) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00563/2018-70

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Processo Administrativo Disciplinar n.º

003/2016. Pena desproporcional. Necessidade de aplicação da pena de

suspensão, bem como desconto de vencimentos.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Piauí

56) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00898/2018-99

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Manifestação

pública indevida. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº

1.00762/2018-98. Portaria CNMP-CN n° 201/2018.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

57) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00975/2018-74

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Improbidade

Administrativa. Prática incompatível com o cargo. Acórdão proferido nos autos

da Revisão de Decisão Monocrática na Sindicância nº 1.00844/2017-51.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (27/11/2018)

58) Reclamação Disciplinar nº 1.00791/2017-88 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Ribeiro Silva Advogados Associados; Rodrigo Ribeiro Pereira

Advogado: Paulo Martins da Costa Crosara – OAB/MG n.º 148.466 Embargados: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público do Estado de Minas Gerais.

Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira

Origem: Minas Gerais

59) Sindicância nº 1.00844/2017-51 (Embargos de Declaração)

Embargante: Clenan Renaut de Melo Pereira

Advogado: Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF n.º 1878-A

Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do

Estado do Tocantins.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

60) Reclamação Disciplinar nº 1.00047/2018-19 (Recurso Interno)

Recorrente: Aderbal Aguiar Junior

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério

Público do Estado do Ceará.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

61) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00169/2018-50

Requerentes: Maria Aparecida Morais Alves; Reginaldo Sousa Rodrigues

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Inércia. Apuração de crime de

homicídio ocorrido no Município de Maracaçumé.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Maranhão

62) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00233/2018-20

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Diogo Diniz Lima – OAB/MA n.º 11.769

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Descumprimento do

dever de manter ilibada conduta pública e particular, de zelar pelo prestígio, prerrogativas e dignidade de suas funções e de tratar com urbanidade as partes. Portaria CNMP-CN n° 72/2018. Informações colhidas na Reclamação

Disciplinar n° 1.00399/2017-75.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

63) Reclamação Disciplinar nº 1.00259/2018-41 (Embargos de Declaração)

Embargante: Mauricio Vicente Silverio

Embargado: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: São Paulo

64) Reclamação Disciplinar nº 1.00302/2018-79 (Recurso Interno)

Recorrentes: Paulo Roberto Severo Pimenta; Wadih Nemer Damous Filho

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira

Origem: Paraná

65) Procedimento Avocado nº 1.00322/2018-68 (Embargos de Declaração)

Embargante: Rosemary Souto Maior de Almeida

Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE n.º 14.581

Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Procedimento Avocado.

Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CGMP n.º 006/2015. Acórdão

Avocação CNMP n° 0.00.000.000197/2017-33.

Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira

Origem: Pernambuco

66) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00433/2018-00

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas

Advogado: Lucas Almeida – OAB/AL n.º 12.623

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Excesso de prazo. Falta

de zelo e presteza em suas funções. Informações colhidas na Sindicância

CNMP n° 1.00344/2018-64. Portaria CNMP-CN n° 101/2018.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

67) Reclamação Disciplinar nº 1.00486/2018-95 (Recurso Interno)

Recorrente: Maria Elda Fernandes Melo

Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

68) Reclamação Disciplinar nº 1.00588/2018-38 (Embargos de Declaração)

Embargante: Wolney Fernandes da Silva Junior

Embargados: Membros do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação disciplinar autuada em face de membros do Ministério Público

Federal.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Rio de Janeiro

69) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00628/2018-04 (Recurso Interno)

Recorrente: Fernando Aurvalle da Silva Krebs

Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n.º 17275 Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Manifestação pública

indevida. Ofensa à imagem de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Menosprezo à atribuição constitucional do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP n° 1.00530/2018-76. Portaria

CNMP-CN n° 172/2018.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

70) Reclamação Disciplinar nº 1.00641/2018-00 (Recurso Interno)

Recorrente: Maria Elda Fernandes Melo

Recorrido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Advogado: Denia Erica Gomes Ramos Magalhães – OAB/DF n.º 5758

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público

do Distrito Federal e Territórios. Avocação. Inquérito Administrativo Disciplinar n.º 08191.074731/2017 e a Notícia de Fato n.º 08191.016289/2018-

28.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

71) Reclamação Disciplinar nº 1.00666/2018-77 (Recurso Interno)

Recorrente: Rubens Santos da Silva

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público

do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: São Paulo

72) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00715/2018-26

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Revisão. Processo Disciplinar

GEDOC 000071-024/2017. Decisão definitiva proferida pelo Conselho

Superior.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Mato Grosso

73) Proposição n° 1.00757/2018-11

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução n.º 02/2013. Alteração do

§1º e inclusão do §9º no art. 36. Instauração de procedimentos administrativos

a partir de denúncias anônimas.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

74) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00771/2018-89

Requerente: Jackson Alves Carvalho

Advogado: Danielle Marques de Abreu – OAB/RJ n.º 188335 Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Excesso de prazo. Apuração

de ato de bigamia e falsificação de documentos. Procedimento MPRJ

201701031191. Município de Macaé. Pedido liminar.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Rio de Janeiro

75) Reclamação Disciplinar nº 1.00808/2018-88 (Recurso Interno)

Recorrente: José Carlos Belizario

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público

do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Rio de Janeiro

76) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00906/2018-06

Requerente: Fabio Camilo da Silva

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Revisão. Processo

Administrativo n° 003648-001/2017. Vitaliciamento. Aposentadoria por

invalidez. Conselho Superior. Pedido liminar.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Mato Grosso

77) Proposição nº 1.00953/2018-78

Requerente: Sebastião Vieira Caixeta

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da

Resolução CNMP n° 23/2007. Suspensão dos prazos processuais nos inquéritos civis no período compreendido entre 20 de dezembro a 20 de

janeiro.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00969/2018-44

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos do edital e

calendário eleitoral. Eleição para Procurador-Geral de Justiça e Conselho Superior. Afastamento da aplicação da alteração eleitoral promovida pela Lei Complementar n° 118/2018, que alterou o calendário eleitoral da Lei

Complementar n° 57/2006. Pedido liminar.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Pará

79) Pedido de Providências nº 1.01009/2018-74

Requerentes: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Estado do Pará; Alberto

Antonio de Albuquerque Campos – OAB/PA nº 5.541

Advogados: Bruna Lorena Coelho Nunes - OAB/PA nº 18.821; Sarah Lima da Silva -

OAB/PA nº 21.060; Cláudia Cristina Queiroz Ferreira – OAB/PA nº 21.666

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Eleições para o cargo de Procurador-

Geral de Justiça. Lei Complementar n.º 118/2018, que alterou dispositivos da Lei Complementar n.º 57/2006. Antecipação de processo de escolha. Alegação de alteração casuística, violação à segurança jurídica, ao princípio da

moralidade administrativa e ao princípio da anterioridade.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Pará

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público